

AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS DO CONCEITO DE TOTALITARISMO ARENDTIANO

THE POLITICAL AND SOCIAL CONSEQUENCES OF ARENDT'S TOTALITARIANISM CONCEPT

Samuel Sampaio Castro - UNICSUL

RESUMO

O estudo do Totalitarismo como experiência política evidencia a busca de Hannah Arendt em compreender as estruturas políticas e sociais sob condições totalitárias. O objetivo deste trabalho é investigar as consequências políticas e sociais do conceito de Totalitarismo na obra *Origens do Totalitarismo*. Com este propósito, seleciona-se a obra da autora como referência e realiza-se um levantamento bibliográfico da literatura política como estratégia de estudo. Os resultados da pesquisa apontam para três fatores relevantes como consequência do Totalitarismo: o esvaziamento do espaço público e privado e da pluralidade de ação, a supressão da liberdade política e social e a destruição das condições políticas do homem. O sentido da ação política inclui as possibilidades de exercício da espontaneidade e liberdade humana nos assuntos públicos. Em contraposição ao desmoronamento da vida política moderna e do Totalitarismo, percebe-se que Arendt aposta na capacidade humana de apropriação do espaço público e na distinção das dimensões privada e pública. Diante do exposto, conclui-se que o conceito de Totalitarismo Arendtiano torna-se significativo para a compreensão dos eventos totalitários como destruidor do espaço público e da despolitização do sujeito. A teoria política de Arendt preocupa-se em descrever as consequências políticas e sociais do Totalitarismo ante a difícil tarefa de depuração do fenômeno totalitário. A partir do conceito de ação e liberdade, a autora propõe um novo começo em detrimento às consequências catastróficas do Totalitarismo.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Totalitarismo. Liberdade. Filosofia Política. Espaço Público.

ABSTRACT

The study of Totalitarianism as political experience emphasizes Hannah Arendt's quest to understand political and social structures under totalitarian conditions. The objective of this work is to investigate the political and social consequences of the concept of Totalitarianism in the work *Origins of Totalitarianism*. For this reason, Arendt's work was selected for reference and a bibliographical survey of the political literature was carried out as a study strategy. The results of the research bring three relevant factors as a consequence of Totalitarianism: the emptying of public and private space and plurality of action; the suppression of political and social freedom and; the destruction of the political conditions of man. The idea of political action includes the possibility of exercising spontaneity and human freedom in public affairs. In contrast to the collapse of modern political life and Totalitarianism, Arendt relies on the human capacity for the appropriation of the public space and on the distinction of the private and public dimensions. In view of the above, the concept of Arendtian Totalitarianism becomes significant for the understanding of totalitarian events as a destroyer of the public space and of the depoliticization of the subject. Arendt's political theory is concerned with describing the political and social consequences of Totalitarianism in face of the difficult task of clarifying the totalitarian phenomenon. From the concept of action and freedom, the author proposes a new beginning to the detriment of the catastrophic consequences of Totalitarianism.

Keywords: Hannah Arendt. Totalitarianism. Freedom. Political Philosophy. Public Space.

Introdução

A presente investigação visa a análise das consequências políticas e sociais do conceito de Totalitarismo a partir da obra *Origens do Totalitarismo* de Hannah Arendt. O conceito de Totalitarismo Arendtiano e suas consequências políticas e sociais representam a possibilidade de compreensão das categorias que identificam os movimentos e regimes totalitários. Arendt¹ afirma que só é possível compreender os eventos do século XX à luz de uma minuciosa busca da verdade contida nos fatos históricos. Para isso, necessita-se de uma rigorosa investigação que não se furte ao confronto direto com a realidade. A partir da experiência nazista e stalinista, o mal passa a ser confundido com a novidade instalada pelos projetos políticos que se pretendem radicais. A alternativa contra o mal seria a politização do sujeito e a reconquista do espaço público como ação política, livre do controle da necessidade e da economia.

Arendt acredita que o século XX está envolto em um turbilhão de acontecimentos que marcam a existência de um mal radical: “nunca antes nosso futuro foi mais imprevisível, nunca dependemos tanto de forças políticas que podem a qualquer instante fugir às regras do bom senso e do interesse próprio.”² O nazismo e o bolchevismo constituem dois elementos dessa realidade. Em seu pensamento, a ação política no Estado Moderno tem o poder de definir os rumos da própria história humana. Diante disso, *Origens do Totalitarismo*

“[...] foi escrito com a convicção de serem passíveis de descoberta os mecanismos que dissolveram os tradicionais elementos do nosso mundo político e espiritual num amálgama, onde tudo parece ter perdido seu valor específico, escapando da nossa compreensão e tornando-se inútil para fins humanos.”³

Nesta direção, o estudo de caso da Alemanha nazista e do stalinismo, objeto de análise de Arendt, é ao mesmo tempo controverso e complexo. É possível que uma explicação simplista seja de mais fácil aceitação quando se abordam as causas do Totalitarismo. Por se tratar de um fenômeno com um grau de complexidade elevado, e para se evitar o risco de uma leitura reducionista, a investigação sobre as consequências políticas e sociais exige uma reflexão profunda das experiências elementares do Totalitarismo. A busca pelos elementos comuns e as divergências entre os dois regimes arquitetam o empreendimento Arendtiano. Desse modo, a essência do Totalitarismo só pode ser conhecida a partir de um processo de depuração dos fenômenos semelhantes a experiência totalitária, mas que possuem diferenças substanciais. Para Hannah Arendt é importante distinguir o Totalitarismo das demais formas de governo.

O Totalitarismo constitui uma experiência de dominação e dispensação da violência em que o mal adquire proporções surreais, uma semelhança entre o impossível e o inacreditável. O terror imposto pelos regimes totalitários são sinais da interferência que a política exerce em todos os âmbitos da vida moderna. A ascensão de governos totalitários revela a insatisfação popular em tempos de crise do liberalismo econômico. Em virtude disso, a propaganda política sob demanda aos desejos momentâneos das massas torna-se uma forte parceira de líderes autoritários e messiânicos. A compreensão dos fenômenos totalitários possibilita o reconhecimento das consequências políticas e sociais do Totalitarismo. Tal caracterização pode fornecer as raízes que sustentam o pensamento, a prática e os sintomas de uma mente totalitária.

Em decorrência das consequências políticas e sociais, observa-se que a mentalidade totalitária visa o extermínio como solução para os entraves à consumação do conceito de

1 ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 11.

2 Ibidem, p. 11.

3 Ibidem, p. 12.

história ou de natureza. O estudo do conceito de Totalitarismo desponta como uma ferramenta indispensável à caracterização do contexto político e social anterior ao estabelecimento de um regime totalitário. Além disso, é necessário conceber os sintomas que diferenciam uma mente totalitária. Em momentos de crise, os movimentos totalitários podem ganhar espaço e se aproveitar da pluralidade partidária (Alemanha nazista) ou do autoritarismo monárquico (Rússia bolchevista) que, coerentemente, apresentem soluções para os problemas decorridos das questões sociais, políticas e econômicas.

O mundo não está imune ao avanço deste tipo de radicalismo político. O antagonismo social e o assombroso apelo popular fornecem as bases para ascensão de um governo totalitário. Arendt acredita que

“[...] a política totalitária, longe de ser simplesmente antissemita, ou racista, ou imperialista, ou comunista, usa e abusa de seus próprios elementos ideológicos, até que se dilua quase que completamente com a sua base, inicialmente elaborada partindo da realidade e dos fatos, realidade da luta de classes, por exemplo, ou dos conflitos de interesse entre os judeus e os seus vizinhos, que fornecia aos ideólogos a força dos valores propagandísticos.”⁴

A pertinência do estudo de Arendt mostra-se como uma fonte de interpretação crítica da realidade geopolítica. A validade da teoria Arendtiana para a análise política e social constitui-se em um valioso aporte para se pensar o obscurantismo da classe política e o problema da cidadania. A política como esperança não é simplesmente um movimento de ordem utópica e messiânica. É imprescindível que os momentos de crise reabram espaços de convivência com a pluralidade de ideias e concepções políticas.

Origens do Totalitarismo foi escrito como um tributo ao recomeço e à liberdade. Pulsam em suas páginas a paixão pela ação e a palavra de quem, livre como o vento, amava os espíritos espontâneos. Em seu âmago há uma desesperadora busca por entender as condições históricas e políticas ao advento do Totalitarismo no interior do Estado-nação da Europa Ocidental e da Rússia Pós-Revolução. A matéria-prima do nazismo, o nacionalismo, funcionou como o sustentáculo da pretensão imperialista e racial que originou o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Apesar da semelhança com o fascismo de Mussolini, Arendt afirmará que o regime nazista diverge dos *fasci* por seu caráter ultranacionalista e de domínio total. Em contrapartida, após a publicação de *Origens do Totalitarismo*, Arendt reconhece que o mal praticado pelos nazistas não se compara aos instrumentos de violência e terror do governo Stalinista. A gravidade dos crimes difere em monstruosidade e na prática do mal radical, ou seja, de um mal absoluto que é instituído pela criação dos campos de extermínio nazistas, instituição suprema dos objetivos racistas de Hitler.

Exaurir as consequências políticas e sociais do conceito de Totalitarismo implica não subestimar o poder de articulação e mobilização das massas atomizadas pelos líderes partidários dos movimentos totalitários. A questão social é um dos principais meios de aglutinação em torno de líderes carismáticos e radicais. Tanto o populismo de esquerda como de direita se servem do fator de coesão social e das dificuldades econômicas que ameaçam, externo ou internamente, as estruturas de bem-estar social sob responsabilidade do Estado. Sentimentos de desilusão, desesperança e ódio são fortes aliados do fascismo. As crises econômicas são o estopim do discurso de culpabilização do Outro. Esse Outro é o culpado por todos os males que decorrem dos problemas econômicos e sociais, é um inimigo que deve ser aniquilado e esta é a solução para todos os problemas e conflitos, seja racionalmente

⁴ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 22.

por uma ideologia racista ou classista ou, ainda, pela ideia de natureza ou história. É conveniente perceber que esse Outro pode ser qualquer pessoa ou grupo, independente de posição partidária ou status financeiro. Objetivamente, o Totalitarismo é um regime que buscar eliminar qualquer forma de diferença através da criminalização das divergências.

Entre as consequências sociais da política praticada pelo Totalitarismo estão a ruína da vida pública e a perda do espaço comum de participação, o cerceamento da liberdade da esfera privada e pública, a destruição da dignidade e dos direitos humanos. A supressão da liberdade e a eliminação da espontaneidade humana são uma herança totalitária contrária à participação efetiva do cidadão. O Totalitarismo busca o esvaziamento dos espaços políticos como lugar de busca da felicidade pública. O extermínio das condições políticas expõe o isolamento e a solidão em que os indivíduos são expostos com o fim de destruir qualquer sentimento fraterno mais profundo. Arendt presume que o clima de desconfiança e a atmosfera de terror diminuem as possibilidades de reação individual e coletiva ao domínio totalitário. Os campos de concentração são os exemplares das peripécias a que são submetidas as vítimas do Totalitarismo. O estado de decomposição da liberdade e espontaneidade, não menos que a devastação da dimensão privada e pública, comprovam as consequências sociais deste tipo de política e governo.

A presente investigação, centrada na obra *Origens do Totalitarismo*, marco do pensamento político de Hanna Arendt, propõe o estudo do conceito de Totalitarismo Arendtiano para compreensão das consequências políticas e sociais do Totalitarismo como fenômeno de ruptura e novidade. Para este fim, realiza-se um levantamento bibliográfico da literatura política para a pesquisa em causa. O procedimento de abordagem centra-se na análise crítico-reflexiva da obra de referência *Origens do Totalitarismo* e da literatura sobre o tema.

O Totalitarismo e o fim da liberdade privada e pública

Este tópico examina, principalmente, a consequência política do Totalitarismo para o âmbito da vida privada e pública, além de apontar os efeitos destrutivos desta modalidade de governo para o exercício da liberdade e dos ideais de felicidade pública.

Para Arendt, a política se relaciona com tudo aquilo que é comum ao humano, é o espaço onde nos conectamos com o outro, é o espaço que compartilhamos em termos de igualdade, de comunidade. Arendt emprega o termo “mundo comum” para objetivar a ação política como uma atividade pública. Essa preocupação com o coletivo permeia a funcionalidade que a dimensão política ocupa na vida em sociedade.

A tese de Arendt sobre a degradação da política moderna está atrelada à ideia de que a reversão da vida social e econômica está limitada ao senso de satisfação das necessidades vitais e ao âmbito da vida privada, o que para ela seria um desvirtuamento da política. No entanto, em tempos de aglomerações urbanas e crescimento populacional massivo, seria possível uma política que não pensasse uma política social? Qual seria, afinal, a fórmula Arendtiana que possibilitaria conciliar o político e o social?

O econômico, isto é, o suprimento das necessidades vitais, ao contrário do que acontecera na Grécia anterior a Platão, era um fator irrelevante segundo Arendt, pois não refletia a esfera política pública. O que, conforme a autora, eleva o ideário político grego ao status de atividade superior, ou seja, o estabelecimento indissociável entre liberdade, ação e política.

“[...] na verdade não há como nem por que contornar a constatação de que a obra de Hannah Arendt é, para dizer o mínimo, indiferente à questão social, atitude que se explica pela sua convicção de que a ‘ruptura totalitária’ tem a ver com ‘a herança jacobina da revolução

social’ – feita não para libertar o homem da tirania, mas para libertá-lo dos grilhões da necessidade.”⁵

Arendt ao analisar o conceito de felicidade pública ou da busca da felicidade, arquiteta os fundamentos distintivos entre vida privada e pública. A autora defende que a vida pública ainda é o lugar-comum da liberdade como expressão da ação política. Ela estava convencida de que a experiência americana pré-revolucionária exemplificava, através dos sistemas de distritos, o quão agradável e feliz poderia ser o exercício da atividade política, uma antecipação daquilo que seria a Revolução Húngara ou a Comuna de Paris. Por isso,

“[...] nos termos da Revolução Americana, a questão era se o novo corpo político constituiria uma esfera própria para a ‘felicidade pública’ de seus cidadãos, ou se ele teria sido concebido apenas para servir e assegurar a busca da felicidade privada de forma mais eficiente do que no regime anterior.”⁶

Em um estudo comparativo entre as duas grandes revoluções da humanidade, Americana e Francesa, Hannah Arendt distingue que “[...] na França do século XVIII, assim como na América oitocentista, foi a busca da liberdade pública e da felicidade pública, e não a procura da verdade, que guiou os homens de volta à Antiguidade.”⁷ A liberdade Arendtiana ao contrário da liberdade subjetivista defendida pela modernidade, concentra-se em refazer da liberdade uma bandeira política em defesa do espaço público e do direito de participação política livre das imposições econômicas. O conceito de liberdade da modernidade filosófica fortalece o direito de propriedade privada e a ditadura do sujeito sob a noção de bem comum.

“[...] o século XVIII, quando se referia à tirania e ao despotismo, não distinguia entre essas duas possibilidades, e apenas aprendeu a respeito da aguda distinção entre o privado e o público, entre a busca desimpedida de interesses privados e públicos, quando, ao longo das revoluções, esses dois princípios entraram em conflito.”⁸

A aposta Arendtiana é a “[...] a redescoberta da ação, e a reemergência de um reino secular e público da vida podem muito bem ser as mais preciosas heranças deixadas pela Era Moderna para nós, que estamos prestes a entrar em um mundo totalmente novo.”⁹

Quanto ao processo de destruição da vida pública e da anulação da cidadania conquistada pelo Totalitarismo, a autora percebe nele a “[...] inédita capacidade de destruição do ‘mundo comum’, da ‘intersubjetividade’ e do ‘senso comum’, provocando com isso a dissolução das próprias condições de percepção e compreensão da realidade.”¹⁰

“O estranho apelo das ideologias totalitárias só pode ser compreendido em referência ao colapso do tecido social no qual elas se enraízam, isto é, em função da destruição das relações sociais intersubjetivas, a partir das quais se constitui

⁵ OLIVEIRA, Luciano. *10 lições sobre Hannah Arendt*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 74.

⁶ ARENDT, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Trad. Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018, p. 149.

⁷ *Ibidem*, p. 146.

⁸ ARENDT, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Trad. Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018, p. 148.

⁹ *Ibidem*, p. 153.

¹⁰ DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 60.

um ‘mundo comum’ ou uma ‘realidade comum’, em suas múltiplas perspectivas.”¹¹

Neste sentido, é perceptível que o conceito e a prática democrática de hoje não constituem a verdadeira experiência política sobre o qual se funda o pensamento da autora. Para se pensar a perspectiva Arendtiana, Oliveira¹² observa que é preciso compreender a política como exercício do bem comum, que se orienta sobre o valor supremo da liberdade. É na experiência política da Grécia antiga, propriamente anterior a Platão, que Arendt busca inspiração na tradição que ela considera como exercício participativo e livre na vida política da *polis*. A liberdade, em ambos os casos, interfere no âmbito da vida pública que passa a ter um estatuto social, seja por ordem revolucionária ou em forma de participação política. O otimismo Arendtiano na política como instrumento de intervenção em favor de um *ethos* comum faz-se sentir em seu tratamento do conceito de liberdade, à semelhança do ideário grego de igualdade e cidadania. Se não bastasse destruir a vida pública, o Totalitarismo

“[...] destrói também a vida privada, seja pelo terror que transforma cada cidadão num suspeito, seja por engolfá-lo num turbilhão que transforma cada homem numa peça descartável de um ‘movimento’ incessante sempre em busca de inimigos – que pode ser qualquer um, inclusive ele mesmo!”¹³

O otimismo pela ocupação do espaço público é “[...] para ela, efetivamente, como insistentemente repete, no âmbito da ‘esfera pública’ os homens livres e iguais se inseririam pela palavra e pela ação visando a fins mais nobres do que a satisfação do sempre insaciável animal laborans.”¹⁴ A participação política do cidadão comum é o grande empecilho ao avanço do Totalitarismo. “Em que pese isso, a contrapartida da despolitização do social, a politização da ação e da palavra livres, tem muito a nos dizer. É mais uma vez contra o sombrio pano de fundo do totalitarismo e das ditaduras que brilha a reflexão arendtiana.”¹⁵

“Mas, vale lembrar, a palavra e a ação livres sobre que Arendt tanto insiste não se limitam ao ‘bem-estar privado’, pois se trata, sobretudo, do ‘direito à felicidade pública’ – ou seja, o direito à participação nas deliberações sobre os ‘negócios humanos’, para usar uma expressão que tanto corre sob sua pena.”¹⁶

A experiência da Revolução Húngara ilustra o ideal da conquista do espaço político público e a noção de cidadania no pensamento de Arendt. “A Revolução Húngara confirmou a crença persistente de Arendt na dignidade da ação política, capaz de acender no tempo histórico o momento extraordinário e criativo em que os assuntos do mundo público são reapropriados pelos seus cidadãos.”¹⁷ Nisso funda-se a distinção importante da vida privada e pública. A grande confusão da modernidade foi inverter a finalidade da política como noção

¹¹ Ibidem, p. 54.

¹² OLIVEIRA, Luciano. *10 lições sobre Hannah Arendt*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 49.

¹³ OLIVEIRA, Luciano. *10 lições sobre Hannah Arendt*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 37.

¹⁴ Ibidem, p. 79.

¹⁵ Ibidem, p. 135.

¹⁶ Ibidem, p. 137.

¹⁷ ARENDT, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Trad. Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018, p. 9.

de bem-estar social e público, pois “[...] no momento que alguém coloca a noção da ‘felicidade pública’ no lugar dos direitos privados e interesses pessoais, a própria questão sobre qual é o fim do governo perde o sentido.”¹⁸

A análise Arendtiana sobre a Revolução Americana transparece uma posição de que as questões sociais eram menos latentes que as condições socioeconômicas da Revolução Francesa. Daí se conclui que existe um grau de liberdade anterior à fundação da liberdade proposta por Arendt. Contudo, a autora não deixa de observar as questões relativas à escravidão e segregação racial norte-americana, presente sob formas de exploração e degradação da dignidade humana. Arendt “[...] desenvolve uma surpreendente concepção tecnocrática dos problemas sociais, que considera ‘questões administrativas, a ser entregues às mãos de especialistas’.”¹⁹ Em consonância com Arendt, os “[...] direitos humanos, apesar de sua reivindicação de universalidade, tornam-se inexistentes sem cidadania, e tal fator continua a permitir que muitas pessoas, no mundo inteiro, tenham seus direitos humanos básicos ignorados.”²⁰

O medo do estabelecimento de um regime totalitário e a lógica neoliberal representam, respectivamente, a conservação do modelo político atual e o domínio do capital sobre os direitos humanos. Nesta modalidade política, o espaço para um projeto alternativo, radical, assume um status perigosamente nocivo à manutenção do modelo em vigor. “[...] infelizmente, a cidadania é a chave para assegurar o direito de engajamento político, e os judeus europeus, como pessoas sem cidadania, corriam grande risco durante a emergência do totalitarismo porque não a possuíam.”²¹

“[...] Arendt acredita que se deve lutar pela obtenção de condição política igualitária, sem apologia e sem apelo a noções abstratas de direitos humanos, as quais não pretendem justificar a condição de ser judeu, mas discorrem sobre a humanidade fazendo abstração da etnicidade e da religião.”²²

A política é o espaço *par excellence* do domínio público, é a garantia de um lugar comum. Para Arendt,

“O advento de uma esfera híbrida como a social acaba por promover uma indistinção entre os domínios público e privado e o deslocamento de princípios de um a outro, constituindo-se como uma interseção a minar as possibilidades de felicidade pública e privada.”²³

O mal na política também é resultante da utilização da vida pública em benefício próprio. “[...] Para Arendt, a busca de satisfação dos interesses privados no domínio público é tão danosa quanto a pretensão dos governos de controlar a vida privada dos cidadãos.”²⁴ O exercício da vida pública e os direitos humanos dependem, proporcionalmente, do direito de participação na vida política. “A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-

¹⁸ Ibidem, p. 142.

¹⁹ OLIVEIRA, Luciano. *10 lições sobre Hannah Arendt*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 73.

²⁰ FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt*. Trad. Paulo Ferreira Valério. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 26.

²¹ Ibidem, p. 26.

²² Ibidem, p. 27.

²³ CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 47.

²⁴ Ibidem, p. 47.

se, primeiro e acima de tudo, na provação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz.”²⁵

A supressão do ato fundante da vida política

Neste tópico aborda-se a degradação das condições de ação e liberdade no Totalitarismo. A supressão da liberdade constitui, no pensamento Arendtiano, a morte política do homem e a perda de um lugar no mundo. Em outras palavras, isto significa dizer que a ação política depende da liberdade para efetivar sua nobre tarefa: a de iniciar algo novo e contingente.

Hannah Arendt não pretende ser classificada entre direitista ou esquerdistas. Sua preocupação central está na tentativa de entender a ação, ou seja, o meio pelo qual os homens definem e assumem uma dignidade propriamente características de si mesmos. Arendt aprofunda-se na atividade do pensamento como propulsora da ação política. “[...] o verdadeiro pensamento, para ela, é ‘a mais livre e a mais pura das atividades humanas, é exatamente o oposto do processo compulsório de dedução.’”²⁶

Duarte indica uma das consequências do Totalitarismo para o âmbito social, quando apresenta a grande novidade da análise Arendtiana:

“[...] os governantes totalitários governam a partir da aplicação terrorista de supostas leis transcendentais, sejam elas leis da história ou da natureza, conforme suas doutrinas ideológicas. Enquanto nos governos autoritários e ditatoriais observa-se uma restrição da liberdade, e nos governos tirânicos observa-se a abolição da liberdade política, é apenas no totalitarismo que se acrescenta a perspectiva da ‘total eliminação da própria espontaneidade, isto é, da mais geral e elementar manifestação da liberdade humana’ em todos os domínios da vida social.”²⁷

Sobre o conceito de liberdade, Arendt aborda, em seu livro *Sobre a Revolução*, que o fracasso francês “[...] explica-se pelo fato de ter a Revolução Francesa tentado realizar algo que não é da competência das revoluções: resolver a questão social!”²⁸ Em contraposição ao modelo de Revolução Francesa, Arendt elabora a tese de que “[...] o que salvou a Revolução Americana do terror foi o fato de que o país não conhecia a pobreza, pelo menos nas dimensões europeias, e assim os pais fundadores não foram desviados do rumo original pelas ‘visões terríveis da miséria humana’.”²⁹ Neste sentido, parece que Hannah alimenta algo semelhante a uma aversão pela questão social, que assumiu atributo político Moderno.

O conceito de liberdade em Arendt assume contornos políticos. Para ela, a liberdade coincide em, no espaço público democrático, participar da vida política da *polis*. A participação seria, portanto, um ato dinâmico que escapa ao jugo da necessidade e da simples questão social.

Em termos políticos, o pensamento Arendtiano opera uma defesa apaixonante da liberdade. Talvez porque acreditasse que ser livre é uma condição indispensável ao exercício comprometido da política. Para quem foi proibida de viver e exercer a ação e a palavra livres, não surpreende que a liberdade seja o coração da fisionomia política de Arendt.

²⁵ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 403.

²⁶ OLIVEIRA, Luciano. *10 lições sobre Hannah Arendt*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 37.

²⁷ DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 53.

²⁸ OLIVEIRA, Luciano. *10 lições sobre Hannah Arendt*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 71.

²⁹ OLIVEIRA, Luciano. *10 lições sobre Hannah Arendt*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 71.

“[...] portanto, o conceito de liberdade, que por muito tempo desapareceu de alguma forma das discussões políticas – quando se disse que a finalidade do governo não é a liberdade, mas o bem-estar do povo, a felicidade do maior número –, retornou ao centro da política, ainda que de uma maneira bastante oblíqua. E a liberdade não é apenas um dentre os muitos fenômenos da esfera política, tais como a justiça, o poder ou a igualdade; a liberdade, embora só possa ser o objetivo direto da ação política em tempos de crise, guerra ou revolução, é, na verdade, a razão pela qual os homens vivem juntos em organização política. A *raison d'être* da política é a liberdade, e sem ela a vida política não teria sentido.”³⁰

É primordial entender que a liberdade e a espontaneidade brotam da pluralidade e das diferenças que, em termos de unicidade, representam as possibilidades de um novo começo e modo de ser no mundo. É a partir dos aspectos práticos da existência e dos fenômenos que Arendt pensa a política. A democracia é, neste sentido, um processo interdependente da diversidade sobre a qual estão constituídos o Estado Moderno e a condição humana.

Arendt encontra na liberdade de agir, na capacidade de resistir e na emancipação de julgamento os elementos contrários ao fenômeno totalitário. É daí que jorra a afirmação da espontaneidade como ação humana de primeira ordem. Arendt defende a política como espaço supremo da liberdade. A democracia Arendtiana só é possível na medida em que afirma-se as possibilidades de participação na vida pública. Entusiasta da Revolução Húngara, a autora escreve a partir da experiência dos sistemas de conselhos, que já aparecem nas experiências históricas da Revolução Francesa e Americana.

Segundo Arendt, o Totalitarismo visava a supressão absoluta da liberdade. Os valores liberais de cunho subjetivo não foram capazes de salvar o homem do abismo da solidão e do experimento totalitário. Isto explica a distinção que a teoria Arendtiana faz do mundo público e privado. É na sociedade política que o homem aliena as condições para viver em uma comunidade de iguais. Na mesma medida, a liberdade só pode ser entendida como afirmação destas duas dimensões, mas apenas a comunidade política como ação humana pode construir lugares de expressão libertária.

Quanto ao poder de mobilização popular da Revolução Húngara, Arendt observa: “[...] não foram atos, mas ‘meras palavras’ que obtiveram grande sucesso em quebrar o feitiço fatal de apatia impotente lançado pelo terror totalitário e pela ideologia sobre as mentes dos homens.”³¹ É assim que Arendt percebe o desejo por liberdade apregoado entre estudantes e intelectuais húngaros, por ocasião da Revolução:

“[...] a voz da Europa Oriental, falando tão clara e simplesmente sobre liberdade e verdade, soava como uma afirmação última de que a natureza humana é imutável; de que o niilismo será em vão; de que, mesmo na ausência de todo ensinamento, e na presença de uma doutrinação insuperável, o

³⁰ ARENDT, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Trad. Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018, p. 167.

³¹ ARENDT, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Trad. Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018, p. 64.

anseio pela liberdade e pela verdade para sempre nascerá do coração e da mente do homem.”³²

A grande reivindicação dos intelectuais da Revolução Húngara era a tão adormecida liberdade de pensamento, algo que se evidencia pela simples possessão ideológica que os regimes totalitários fazem desta faculdade do espírito humano.

“[...] a ascensão dos conselhos, e não a restauração dos partidos, foi o sinal claro de uma verdadeira insurreição da democracia contra a ditadura, da liberdade contra a tirania.”³³

O conceito de Revolução se relaciona ao Totalitarismo na proporção que este clama por liberdade e direitos humanos. A restauração da ordem anterior ou da novidade é simbolizada pela busca de um estado de liberdade livre de restrições e possível de liberdade de expressão.

“[...] existe um amor passional e irracional pela justiça, assim como um amor passional e irracional pela liberdade. Os mais prováveis de serem conquistados pelos vários movimentos revolucionários que varreram o mundo ocidental entre as duas guerras eram pessoas cuja paixão pela justiça prevalecia e dominava não somente sobre a complacência e o oportunismo, mas também sobre as paixões pela liberdade e pela verdade.”³⁴

A negação do direito político do outro acarreta em consequências no campo da ação pública.

“[...] a liberdade, como é mostrada agora, sempre fora um privilégio de poucos, e isso não apenas no sentido positivo do conceito, em que unicamente alguns eram aceitos no domínio público e recebiam os direitos de cidadania, mas também em seu caráter negativo, em que poucos eram livres para serem livres.”³⁵

A plena participação política só é possível quando a pessoa é libertada do jugo da necessidade. Neste sentido, é preciso que as condições econômicas e sociais sejam favoráveis para a participação na vida pública.

“[...] a liberdade, mesmo a liberdade em relação às restrições, era uma palavra vazia para aqueles que não foram libertados da miséria. Portanto, a libertação, que deve preceder a liberdade, não significava apenas a libertação de um rei tirânico de governo, mas a libertação da necessidade.”³⁶

Sobre a Revolução Francesa e a questão social, Arendt comenta que a “[...] libertação significava a satisfação das necessidades vitais, a abolição do que era conhecido

³² Ibidem, p. 67.

³³ Ibidem, p. 86.

³⁴ Ibidem, p. 122-123.

³⁵ ARENDT, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Trad. Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018, p. 185.

³⁶ Ibidem, p. 190.

então como ‘infelicidade’; em suma, a solução do problema social.”³⁷ A grande lição da Revolução Francesa foi estabelecer a relação entre liberdade e desigualdade social. “O que o curso da Revolução Francesa estabeleceu, definitivamente, foi que a derrota da pobreza é um pré-requisito da fundação da liberdade.”³⁸

Arendt pressupõe duas liberdades positivas: a liberdade de expressão e liberdade de reunião. Ambas constituem a condição para a ação política. “[...] a liberdade de expressão significa o direito de falar e ser ouvido em público, e na medida em que a razão humana não é infalível, tal liberdade permanecerá um pré-requisito para a liberdade de pensamento.”³⁹ Em razão disso, “[...] a liberdade de reunião é o pré-requisito para a liberdade de ação, porque nenhum homem pode agir sozinho.”⁴⁰

Para Arendt, a Guerra Fria representava um dilema que envolvia “[...] a libertação dos pobres e oprimidos – isto é, a solução da questão social e a abolição do colonialismo –, e a fundação da liberdade, o estabelecimento de uma nova estrutura política.”⁴¹ O conceito de liberdade Arendtiano não está restrito ao mundo estrutural-político, mas ao próprio sujeito pensante. “[...] o sentido da política é a liberdade; por conseguinte, não podemos amar o mundo e afirmar a dignidade da política sem confiar na capacidade humana de agir livremente.”⁴²

Por último, há outra categoria conceitual que revela a compreensão Arendtiana do conceito de Totalitarismo. A individualidade e a espontaneidade constituem arcabouço que possibilita entender as condições para o domínio total. Quando se inibe a individualidade, aspecto importante para o florescimento da espontaneidade, liberdade e a conduta moral, reduz-se as probabilidades de reação às intempéries impostas pelos regimes totalitários. É por isso que os campos de concentração foram estratégicos ao iniciar o movimento para tornar todos os homens supérfluos.

“O totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos. O poder total só pode ser conseguido e conservado num mundo de reflexos condicionados, de marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade. Exatamente porque os recursos do homem são tão grandes, só se pode dominá-lo inteiramente quando ele se torna um exemplar da espécie animal humana.”⁴³

Apesar da supressão da liberdade pelo Totalitarismo, da destruição da liberdade externa e interna do homem, “a liberdade, como capacidade interior do homem, equivale à capacidade de começar, do mesmo modo que a liberdade como realidade política equivale a um espaço que permita o movimento entre os homens.”⁴⁴ O otimismo Arendtiano confia na espontaneidade e liberdade humana para iniciar algo novo com seus próprios recursos. Mesmo em condições funestas, o homem é capaz de resistir e reagir ao experimento totalitário.

O extermínio das condições políticas

Por último, realiza-se a análise da aniquilação das condições políticas do homem decorrente do Totalitarismo. A superfluidade, a crença no tudo é possível e o desejo de

³⁷ Ibidem, p. 191.

³⁸ Ibidem, p. 193.

³⁹ Ibidem, p. 200.

⁴⁰ Ibidem, p. 200.

⁴¹ Ibidem, p. 201.

⁴² CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 57.

⁴³ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 605.

⁴⁴ Ibidem, p. 631.

controle da realidade, possibilitou ao experimento totalitário a tentativa de domínio total da liberdade e natureza humana. Exterminar as condições políticas equivale ao controle das forças de ação, liberdade e do valor da dignidade do ser-no-mundo dos homens.

Os campos de concentração foram os vestígios mais representativos das consequências produzidas pelos regimes totalitários. À medida que o “mal absoluto” avançava, multiplicava-se as instituições fabricante de “superfluidade”.

“Quando Hannah Arendt começou a conceber Origens do totalitarismo, estava atônita em meio às primeiras informações comprovadas do extermínio em massa nas câmaras de gás dos campos de concentração, levado a cabo como ‘solução final’ para a questão judaica.”⁴⁵

O conceito de Totalitarismo em Arendt também está relacionado à categoria conceitual dos campos de concentração. Só é possível entender a experiência totalitária a partir das suas conexões concretas. “Os campos de concentração e de extermínio dos regimes totalitários servem como laboratórios onde se demonstra a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível.”⁴⁶ Os campos de concentração representam a organização soberana do terror imposto pelo Totalitarismo. A centralidade estratégica das fábricas de morte mantém vivo o experimento de controle da natureza humana e o desejo de domínio total da realidade. Arendt denuncia o ilusório aspecto antiutilitarista dos campos,

“É apenas aparente a inutilidade dos campos, sua antiutilidade cnicamente confessada. Na verdade, nenhuma outra de suas instituições é mais essencial para preservar o poder do regime. Sem os campos de concentração, sem o medo indefinido que inspiram e sem o treinamento muito definido que oferecem em matéria de domínio totalitário, que em nenhuma outra parte pode ser inteiramente testado em todas as suas mais radicais possibilidades, o Estado totalitário não pode inspirar o fanatismo das suas tropas nem manter um povo inteiro em completa apatia.”⁴⁷

Por este ângulo, Oliveira descreve os campos de extermínio do Totalitarismo como instituição máxima de destruição da dignidade humana.

“A situação-limite dessa experiência seria a dos campos de concentração nazistas – mas também a dos campos de trabalhos forçados na versão stalinista – onde, mesmo antes de serem assassinados pelo gás ou pela fadiga, os homens já estão aniquilados: ‘Morta a individualidade, nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem, todas com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte’.”⁴⁸

Jaspers escreve um retrato preciso da situação das fábricas de morte na Alemanha nazista:

⁴⁵ CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 27.

⁴⁶ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 581.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 604.

⁴⁸ OLIVEIRA, Luciano. *10 lições sobre Hannah Arendt*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 57.

“[...] até 1939, os campos de concentração ainda eram uma questão interna alemã e, mesmo depois disso, eles estavam em grande parte repletos de alemães. As prisões políticas no ano de 1944 excederam os quatro mil a cada mês. A oposição no país prova que houve campos de concentração até o fim.”⁴⁹

Jaspers relata que era de conhecimento da população a “[...] existência de campos de concentração, mas ainda não sabíamos das atrocidades que lá aconteciam.”⁵⁰ Sobre os efeitos dos campos de concentração, Jaspers comenta: “de fato, a desgraça é apocalíptica. Todos reclamam, com razão: aqueles que escaparam do campo de concentração ou perseguição e que se lembram do terrível sofrimento.”⁵¹ O próprio Jaspers transparece um desconhecimento dos crimes cometidos pelos nazistas: “[...] só agora os crimes da Alemanha nacional-socialista ficaram evidentes para todo o povo. Eu também não sabia do planejamento e da dimensão dos crimes.”⁵²

Jaspers descreve detalhes do regime nazista:

“Apesar das ainda esparsas informações naquela época, as linhas gerais do regime nacional-socialista, com seus métodos elaborados, sua estrutura totalmente baseada em mentiras e suas motivações criminosas, estavam claras para todos aqueles que quisessem saber. A renovação dos alemães deveria começar ali.”⁵³

Quanto ao julgamento de Nuremberg, Jaspers faz as seguintes ponderações:

“[...] no tribunal, havia a Rússia bolchevista como Estado de regime totalitário, do ponto de vista da forma de governo, em nada diferente do Estado nacional-socialista. Havia, portanto, a participação de um juiz que, factualmente, não reconhecia o direito sobre o qual se basearia o tribunal.”⁵⁴

O fim do julgamento de Nuremberg foi, “ainda assim, a esperança foi ilusória. A grande ideia, como em tempos remotos, apareceu apenas como ideia, não como realidade. O processo não instituiu uma situação mundial com um direito mundial.”⁵⁵

O mal absoluto de Arendt não deixa de ser um mal extremo. No entanto, o pensamento da autora altera o seu entendimento sobre a prática do mal a partir do caso Eichmann. A questão da banalização do mal trata principalmente do caso de pessoas comuns, que são incapazes de juízo político e moral. “[...] dado que o totalitarismo trabalha

⁴⁹ JASPERS, Karl. *A questão da culpa: a Alemanha e o nazismo*. Trad: Claudia Dornbusch. São Paulo: Todavia, 2018, p. 76.

⁵⁰ Ibidem, p. 84.

⁵¹ JASPERS, Karl. *A questão da culpa: a Alemanha e o nazismo*. Trad: Claudia Dornbusch. São Paulo: Todavia, 2018, p. 102.

⁵² Ibidem, p. 111.

⁵³ Ibidem, p. 112.

⁵⁴ Ibidem, p. 114.

⁵⁵ Ibidem, p. 115.

para promover a superfluidade das pessoas, uma descrição do mal como banal parece condensar a superfluidade do indivíduo inerente ao conceito de mal radical.”⁵⁶

“O mal ao qual ela se refere não coincide com o pecado, que é tema da religião, nem a com a maldade dos grandes vilões da literatura, que agiram habitualmente por inveja ou ressentimento, mas diz respeito a gente que não é perversa e que, exatamente por não ter motivos especiais, é capaz de um mal infinito. Um mal dessa natureza não tem profundidade, mas pode se espalhar indefinidamente, como um fungo sobre a superfície, e devastar o mundo.”⁵⁷

Ao passo que a experiência interna dos campos de extermínio eliminou a diferença entre a culpa criminal ou moral pela prática de crimes, deixou-se de existir a diferença entre o comportamento moral aceitável ou discrepante. Independentemente da culpa moral, as vítimas eram tratadas nas mesmas condições.

“Caracteriza-se assim a repulsa arendtiana diante da redução do humano ao seu mínimo denominador comum natural, isto é, diante do caráter sistemático e silencioso do extermínio em massa nas fábricas da morte, nas quais se pulverizou a própria distinção entre culpa e inocência, pois ambas deixaram de ser o resultado do comportamento humano.”⁵⁸

Zizek destaca que a despolíticação do Holocausto inviabiliza projetos políticos sociais com inspiração radical.

“Em suma, apesar da sinceridade inquestionável de alguns de seus proponentes, o conteúdo ‘objetivo’ ideológico-político da despolíticação do Holocausto, de sua elevação a um Mal absoluto e abissal, é o pacto político dos sionistas agressivos e dos antissemitas direitistas ocidentais à custa das possibilidades políticas radicais de hoje.”⁵⁹

Entre a tragédia e a comédia, o Holocausto continua símbolo do poder destrutivo e do reino das possibilidades humanas. O inimaginável tornou-se real sob o sombrio argumento das forças da história e natureza.

“A verdade dessa elevação do Holocausto a um Mal indizível é a reversão inesperada em comédia: o advento recente das comédias sobre o Holocausto é estritamente correlato à elevação do holocausto ao Mal indizível – afinal, o material da

⁵⁶ FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt*. Trad. Paulo Ferreira Valério. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 50.

⁵⁷ CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 52.

⁵⁸ DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 61.

⁵⁹ ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53.

comédia são as coisas que escapam à nossa apreensão; a risada é uma maneira de lidar com o incompreensível.”⁶⁰

Para Zizek essa despolitização do Holocausto tem três consequências práticas:

“Primeiro, ela faz parte da estratégia pós-moderna de despolitização e/ou vitimação. Segundo, ela desqualifica as formas de violência do Terceiro Mundo pelas quais os Estados ocidentais são (cor)responsáveis secundários em comparação com o Mal Absoluto do Holocausto. Terceiro, ela serve para lançar uma sombra sobre cada projeto político radical – para reforçar o Denkverbot contra uma imaginação política radical: ‘Você tem consciência de que o que propõe, no fim das contas, leva ao Holocausto?’”⁶¹

A despolitização do Holocausto seria responsável em contribuir com uma política de dominação hierárquica e hegemônica.

“No entanto, essa mesma despolitização do Holocausto, sua elevação a um Mal propriamente sublime, a Exceção intocável para além do discurso político ‘normal’, também pode ser um ato político de total manipulação cínica, uma intervenção política que visa legitimar certo tipo de relação política hierárquica.”⁶²

Arendt conclui que o nazismo tratava os seres humanos como objetos descartáveis e excessivamente desnecessários. Na experiência dos campos de extermínio, a dignidade humana perde qualquer referencial valorativo e normativo. No entanto, “apenas uma coisa parece discernível: podemos dizer que esse mal radical surgiu em relação a um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos.”⁶³

“O perigo das fábricas de cadáveres e dos poços do esquecimento é que hoje, com o aumento universal das populações e dos desterrados, grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas se continuamos a pensar em nosso mundo em termos utilitários.”⁶⁴

No fim de *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt pontua que o tratamento supérfluo dos seres humanos nos governos totalitários pode ser visto como solução para o grande contingente populacional. Diante dos limites e da escassez de recursos planetários, a superfluidade aparece como um perigo eminente ao pensar totalitário e utilitarista.

“Os nazistas e bolchevistas podem estar certos de que as suas fábricas de extermínio, que demonstram a solução mais rápida do problema do excesso de população, das massas economicamente supérfluas e socialmente sem raízes, são ao

⁶⁰ Ibidem, p. 53.

⁶¹ Ibidem, p. 53.

⁶² ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53.

⁶³ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 609.

⁶⁴ Ibidem, p. 609.

mesmo tempo uma atração e uma advertência. As soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários sob a forma de forte tentação que surgirá sempre que pareça impossível aliviar a miséria política, social e econômica de um modo digno do homem.”⁶⁵

A imaginação totalitária e o pensar totalizante estão em consonância com o aprisionamento da verdade e da pluralidade humana. A liberdade não é apenas uma exigência para o exercício político, mas a garantia de sobrevivência da espécie e de coexistência das diferenças. Simultaneamente à luta por direitos de igualdade econômica, política e social, é preciso conquistar e reconhecer o direito às diferenças e à liberdade de expressão e reunião.

O domínio totalitário procura anular o caráter plural da vida para dela se apossar e destruir, silenciar os corpos e esvaziar o pensamento. O valor de cada vida humana não pode ser definido pela capacidade de raciocínio lógico ou resultados financeiros. A individualidade e o pertencimento político são os traços característicos do ser-no-mundo, que não se encerra numa interpretação secundária e desnecessária da natureza consumista e utilitarista dos seres humanos. Por esta razão, a política precisa salvaguardar uma concepção objetiva, racional e moral do valor inalienável da singularidade da existência humana.

Conclusão

O conceito de Totalitarismo em Hannah Arendt e suas consequências políticas e sociais sinalizam para uma abertura política incerta, própria das possibilidades humanas. A ação política só tem sentido se for promotora da dignidade política do homem e do espaço de participação na vida pública. O bem comum e a centralidade dos direitos humanos são um valioso indicador dos ideais de felicidade coletiva e politização. A presente pesquisa indica uma concordância entre os comentaristas da obra de Arendt e os estudiosos do Totalitarismo. *Origens do Totalitarismo* esboça um panorama geral das consequências políticas e sociais do regime e do controle exercido pela imaginação totalitária. A objetividade histórica e a interpretação dos fatos realizados por Hannah Arendt não seguem uma metodologia tradicional, o que em nada diminui a qualidade do empreendimento do livro. A legitimidade das fontes e dos recursos documentais dão credibilidade ao processo de caracterização do Totalitarismo como modalidade de governo.

A relevância do estudo do Totalitarismo como experiência política e social faz-se pertinente no cenário de emergência econômica e populista. O esclarecimento da experiência totalitária como forma de governo justifica-se por seus aspectos políticos e sociais. É de suma importância compreender os fenômenos políticos e suas consequências sociais e econômicas, assim como contextualizar suas origens, condições elementares e características. A categoria de Totalitarismo apresentada por Arendt e outros autores demonstram o desafio de objetividade dos regimes totalitários da Alemanha nazista e da Rússia bolchevista.

A discussão do tema no meio acadêmico ainda encontra resistência ideológica e preferências literárias. A grande crítica de Arendt à literatura sobre o tema é o tratamento dado por autores que o analisam sob o prisma da ideologia ou do corporativismo. A investigação também aponta que o avanço da mentalidade totalitária deu-se pelo controle dos meios de comunicação, do aparelho estatal e da polícia secreta. É possível que as proporções políticas dos novos totalitarismos assumam contornos midiáticos e jurídicos com base na psicologia coletiva e no processo de despolitização das massas. Se o Totalitarismo é uma experiência sociopolítica passível de reprodução, a hipótese de caracterização do conceito Arendtiano pode contribuir na identificação de focos totalitários ou de lideranças com forte disposição autoritária.

⁶⁵ Ibidem, p. 610.

Desta forma, o conceito de Totalitarismo Arendtiano apresenta as consequências políticas e sociais do governo totalitário. O tema do Totalitarismo impacta em um conjunto de estruturas sociais que o relacionam com aspectos essenciais à vida em comunidade. A política como ação e atividade humana não está separada das demais dimensões da vida prática. Por se tratar de um assunto comum e ético, a política é, antes de tudo, uma responsabilidade ética e social. “Então, sem uma vontade de poder, podemos executar a abordagem da verdade e nos associarmos a ela em uma luta com amor.”⁶⁶

O conceito de Totalitarismo Arendtiano em *Origens do Totalitarismo* apresenta um panorama das condições sociais e econômicas que favoreceram o irrompimento do fenômeno totalitário. O antissemitismo e o imperialismo europeu revelam as consequências de um poder político e social a serviço de uma ideologia histórica e natural destrutiva da dignidade humana. A supressão da liberdade e a fabricação de mortos-vivos é, objetivamente, a consequência mais devastadora do Totalitarismo para o mundo político e social. A primeira atitude dos movimentos totalitários foi a exterminação de qualquer ação política livre e pensante capaz de produzir efeitos indeterminados e espontâneos na estrutura política e social. Para Arendt⁶⁷, o Totalitarismo também representa a história de um novo começo, que só pode ser entendido como uma mensagem, uma promessa para o homem iniciar algo novo. Esse começo está em cada nascimento para o mundo, em cada ato de liberdade, que conclama um começo imprevisível e misterioso da ação humana.

O estudo do conceito de Totalitarismo confirma a importância do pensamento de Arendt para a teoria política contemporânea. Apesar do medo acompanhar a reflexão da autora e inibir o espaço para projetos políticos radicais, resta a esperança de que a participação democrática colegiada revista-se numa ética do bem comum e no respeito às diferenças. Em última instância, registra-se que *Origens do Totalitarismo* não aprofunda a função que o judiciário, a religião e o capital financeiro exerceram na instalação e manutenção do Totalitarismo. O processo de despolitização do sujeito operado pelos regimes totalitários constitui um desafio para compreensão do Totalitarismo no poder. Conclui-se que o Totalitarismo se impõe como uma ameaça real ao mundo político do século XXI e à liberdade de ação política como instrumento de participação e cidadania.

A teoria Arendtiana é audaciosa e desconcertante. Se por um lado o pensamento de Arendt continua desafiante, por outro ele apresenta condições para interpretação dos eventos históricos do século XX, principalmente aos concernentes acontecimentos do período entre guerras. A busca da verdade e liberdade continuam como a aspiração mais profunda do coração humano. O Totalitarismo se aproveita desse anseio ao prometer e condensar um conjunto de crenças lógico-dedutivas autossuficientes. *Origens do Totalitarismo* ajuda a entender como crenças totalizantes se cristalizam sob condições econômicas e sociais adversas. O legado Arendtiano é um manifesto humanista, intelectual e apaixonante sobre política e liberdade.

O fascismo apresenta uma afinidade ideológica com o liberalismo. No entanto, os próprios preceitos liberais são responsáveis por reforçar toda estrutura de governo e imaginação totalitária. A esperança é depositada na capacidade redentora da economia. A salvação é metrificada sob a lógica fantasmagórica do mercado financeiro. O problema é que este tipo de pensamento desloca a esperança na política para a entidade invisível da economia. Fato este que torna o engajamento político dispensável e sem espaço para a participação pública na vida política. O cientificismo moderno tem sido o grande justificador das decisões políticas e econômicas e o grande apoiador das teorias proféticas de natureza e história do Totalitarismo. A esquerda e a direita radical mantêm uma relação dialética com o liberalismo. Esse vínculo acaba por gerar um relativismo excessivo e slogans de demonização

⁶⁶ JASPERS, Karl. *A questão da culpa: a Alemanha e o nazismo*. Trad: Claudia Dornbusch. São Paulo: Todavia, 2018, p. 107.

⁶⁷ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 639.

propagandística anticomunismo e antifascismo. A ideia liberal-democrática antitotalitarismo instituiu um totalitarismo mascarado.

Hannah Arendt aponta a despolíticação como sintoma da modernidade e dos ideais liberais, representados na figura do judeu capitalista. Tudo que o Totalitarismo liberal deseja é matar o pensamento. A suprema capacidade do homem de agir politicamente. A modernidade retoma a tradição metafísica do Ocidente ao recusar a ação política como um valor em si mesmo. A importância do pensamento Arendtiano e o sentido do método fenomenológico distingue o trato que a autora dispensa ao tema em sua investigação sobre o Totalitarismo. A questão fundamental da política é a ação que visa libertar o homem do despotismo econômico e da tirania dos interesses privados. Em resposta aos limites da pesquisa, registra-se as seguintes indagações: qual o sentido da ação política e da novidade em substituição ao Totalitarismo e ao modelo de democracia liberal? Qual seria, portanto, o modelo de democracia que Hannah Arendt tem em mente?

O pensamento arendtiano empreende uma ruptura com a modernidade. A autora não acredita no liberalismo das doutrinas fascistas apregoadas pelos liberais. Neste sentido, a modernidade é a raiz geradora do Totalitarismo enquanto introdutora da proeminência do econômico sob todas as dimensões da vida, inclusive política. O liberalismo acentua a rejeição da tradição e da autoridade do passado mediante a afirmação do subjetivismo e da mudança de paradigma científico. A excepcionalidade de sua teoria reside na insistência do pensar como processo de autolibertação do sujeito da estrutura estratificada, fixa e determinante. O desejo da autora é libertar o ser da ontologia determinista da história política. As consequências desse pensamento dominante que não muda, mas subjuga o ser humano, é reflexo do esfacelamento da tradição política do Ocidente e das experiências sociais e econômicas que contribuíram para o surgimento do Totalitarismo.

Arendt insiste em repensar a dimensão política e social ao devolver ao passado sua autoridade e, ao futuro, a imprevisibilidade. A política é um desafio ao mundo social da espécie humana, mas também a certeza de que nada está pronto. O presente merece uma resposta criativa ao movimento de dominação e cristalização operante pela imaginação totalitária. Hannah Arendt ao pensar resiste e, ao criar, gera esperança em uma busca pelo espírito da verdade e do bem político e social da humanidade.

Referências bibliográficas

ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. *Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2009.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Trad: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARENDR, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Trad. Virginia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

ARENDR, Hannah. *De la historia a la acción*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.

ARENDR, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDR, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 9. ed. Trad: André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ARENDT, Hannah. *Crises da República*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASSY, Bethania. *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva; São Paulo: Instituto Noberto Bobbio, 2015.

CARDOSO JÚNIOR, Nerione Nunes. *Hannah Arendt e o declínio da esfera pública*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2005.

CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FAUSTO, Ruy. *O ciclo do totalitarismo*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt*. Trad. Paulo Ferreira Valério. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUERRA, Elizabete Olinda. *Carl Schmitt e Hannah Arendt: olhares críticos sobre a política na modernidade*. São Paulo: LiberArs, 2013.

JASPERS, Karl. *A questão da culpa: a Alemanha e o nazismo*. Trad: Claudia Dornbusch. São Paulo: Todavia, 2018.

OLIVEIRA, Luciano. *10 lições sobre Hannah Arendt*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ORWELL, George. *O que é o fascismo?: e outros ensaios*. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PARIS, Robert. *As origens do fascismo*. Trad: Elisabete Perez. São Paulo: Perspectiva, 1993.

TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

WAGNER, Eugênia Sales. *Hannah Arendt: ética e política*. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

ZIZEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.